

Relatório da Base de Abastecimento para Produtores de Biomassa

Pinewells, S.A.

www.sustainablebiomasspartnership.org



Versão 1.2 Junho 2016

NOTA:

Este modelo, v1.2, torna-se efectivo a partir da data da publicação, ou seja, 23 de Junho de 2016. O modelo v1.1 pode ainda ser utilizado para as auditorias realizadas antes de 23 de Junho de 2016 e onde o certificado é emitido para os detentores do Certificado antes de 1 de Outubro de 2016.

Para mais informações sobre as Ferramentas SBP e para ver toda a documentação, consultar www.sustainablebiomasspartnership.org

Histórico de Documentos

Versão 1.0: publicada a 26 de Março de 2015

Versão 1.1 publicada a 22 de Fevereiro de 2016

Versão 1.2 publicada a 23 de Junho de 2016

© Copyright The Sustainable Biomass Partnership Limited 2016

Conteúdo

1	Visão geral	1
2	Descrição da Base de Abastecimento	2
2.1	Descrição geral.....	2
2.2	Acções desenvolvidas para promover a certificação dos fornecedores de matéria-prima.....	5
2.3	Programa de amostragem de corte final.....	6
2.4	Diagrama das entradas de matérias-primas indicando o tipo de matérias-primas [opcional]	6
2.5	Quantificação da Base de Abastecimento	6
3	Requisitos da Avaliação da Base de Abastecimento	8
4	Avaliação da Base de Abastecimento.....	9
4.1	Âmbito	9
4.2	Justificação.....	9
4.3	Resultados da Avaliação de Riscos	9
4.4	Resultados do Programa de Verificação do Fornecedor	16
4.5	Conclusão.....	19
5	Processo de Avaliação da Base de Abastecimento	20
6	Consulta às partes interessadas	26
6.1	Resposta aos comentários das partes interessadas.....	26
7	Visão Geral da Avaliação Inicial de Riscos	27
8	Programa de Verificação de Fornecedores	28
8.1	Descrição do Programa de Verificação de Fornecedores.....	28
8.2	Visitas ao Local.....	28
8.3	Conclusões do Programa de Verificação de Fornecedores.....	28
9	Medidas de Mitigação.....	29
9.1	Medidas de Mitigação.....	29
9.2	Monitorização e resultados.....	42
10	Avaliação Detalhada dos Indicadores	43
11	Revisão do Relatório.....	44
11.1	Revisão das partes interessadas	44
11.2	Revisões públicas ou adicionais.....	44
12	Aprovação do Relatório	45
13	Actualizações.....	46

13.1 Alterações significativas na Base de Abastecimento	46
13.2 Eficácia das medidas de mitigação anteriores	46
13.3 Novas classificações de riscos e medidas de mitigação.....	46
13.4 Valores reais de matéria-prima nos próximos 12 meses	46
13.5 Números projectados de matéria-prima nos próximos 12 meses.....	46

1 Visão geral

A primeira página inclui a seguinte informação:

Nome do produtor: Pinewells, S.A.

Localização do produtor: Zona Industrial da Relvinha – Sarzedo, Arganil 3300-416 Sarzedo AGN, Portugal

Posição geográfica: Lat W 8 graus 076 minutos, Long N 40 graus 264 minutos

Contacto: Nazaré Costa (Pinewells - Zona Industrial da Relvinha – Sarzedo, Arganil 3300-416 Sarzedo AGN, Portugal; nazarecosta@visabeiraglobal.com; +351 235 240 940)

Site da empresa: www.pinewells.pt

Data final do relatório: 15/03/2018

Data da última auditoria (EC): 22/12/2017 (Pinewells - Sarzedo, Arganil 3300-416, Portugal)

Nome da Entidade Certificadora: *Control Union Certifications B.V.*

Traduções (Inglês): Sim

Standards SBP utilizadas: Standard 1, v. 1.0;
Standard 2, v. 1.0;
Standard 4, v. 1.0;
Standard 5, v. 1.0.

Web link da(s) Standard(s) utilizada(s): <http://www.sustainablebiomasspartnership.org/documents>

Avaliação de Risco Regional entregue por SBE: Não aplicável

Link para a SBE no site da Empresa: <https://pinewells.com/pellets-o-produto>

Indique como a avaliação se enquadra no ciclo de avaliação da base de abastecimento				
Principal Avaliação (Inicial)	Primeira Supervisão	Segunda Supervisão	Terceira Supervisão	Quarta Supervisão
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2 Descrição da Base de Abastecimento

2.1 Descrição geral

A Base de Abastecimento é em Portugal. O período do relatório SBP é o ano de 2017; as estatísticas fornecidas neste relatório têm como base este período.

Descrição de “Portugal”

3,2 Milhões de hectares de floresta cobrem Portugal, que correspondem a 35,4% total do território do país, seguidos da ocupação agrícola (32%) e áreas de incultos (24%).

Em Portugal, a propriedade dos proprietários privados (89%) e da comunidade (Baldios, 8%) corresponde a 97% do total de floresta, incluindo 5,7% de propriedade de empresas da indústria. As áreas públicas representam aproximadamente 2,9% (cerca de 94 mil hectares). A área da floresta sob gestão comunitária (Baldios) está sujeita a antigos costumes e direitos tradicionais e é regulada por leis específicas. Em Portugal não existem indígenas nem minorias específicas que dependem das florestas.

Alguns aspectos principais das florestas em Portugal determina o desenvolvimento da sua gestão, nomeadamente:

- Uma longa e bem estabelecida relação entre a floresta e a sociedade;
- Um dos maiores programas de florestação em grande escala do século XX (coberto florestal aumentou de quase de 2,0 milhões para cerca de 3,2 milhões de hectares nos últimos 100 anos);
- Várias regiões com espécies diferentes de floresta e sistemas de regeneração; legislação florestal específica direccionada para estratégias de desenvolvimento regional;
- O tamanho da pequena propriedade e a sua fragmentação, principalmente nas regiões Norte e Centro, onde muitas vezes os terrenos têm dimensões inferiores a 1 hectare.

Os Planos de Gestão de Florestas (PGF) são obrigatórios para áreas florestais acima da área mínima definida pelos Planos Regionais de Ordenamento Florestal Regionais (PROFs) bem como em Zonas de Intervenção Florestal (ZIF, 940 432 ha). Em 2016, existiam 1 680 000 ha sob os PGF dos quais 450 034 ha se sobrepõem à Rede Nacional de Áreas Classificadas. É necessário um manifesto de corte ou arranque de árvores (incluindo todos os desbastes) de todas as espécies de árvores para fins industriais, com um prazo de 30 dias após a operação estar concluída. A autoridade nacional das florestas e conservação é o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) com competências em todos os assuntos de conservação de florestas, caça e natureza. O ICNF gere também as áreas de floresta pública, e está igualmente envolvida na gestão das áreas da comunidade. Para além disso, o serviço ambiental da Guarda

Nacional Republicana (SEPNA/GNR) está envolvida na inspecção de questões ambientais e recursos naturais em todas as áreas públicas e privadas.

Em Portugal entrar em áreas florestais não é considerado invasão mesmo em propriedades privadas, e é comum a corte de produtos silvestres pelas comunidades (cogumelos, aspargos, caracóis, para além da pesca em águas públicas).

O manifesto de abate fitossanitário inclui a identificação da origem da área de abate. Para além disso, a documentação de transporte identifica a origem do transporte. Ainda existem áreas em Portugal sem um registo cadastral.

Em relação às espécies, o mais relevante em termos de produção de pellets é o pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) 23% da área de floresta - 714 000 ha, eucalipto (*Eucalyptus spp.*) 26% da área de floresta - 812 000 ha e pinheiro-manso (*Pinus pinea*) 6% da área de floresta - 175 000 ha. É importante realçar que o pinheiro-manso é maioritariamente utilizado para a produção do pinhão e é principalmente o produto resultante do desbaste e da poda que são utilizados para a produção de pellets. O pinheiro-bravo e o eucalipto estão espalhados por todo o país. O pinheiro-manso pode ser encontrado principalmente no Sul. Para se obter o máximo benefício económico, a distribuição das três principais espécies de floresta – pinheiro-bravo, eucalipto e sobreiro – são verticalmente integradas na indústria da floresta, com o pinheiro-bravo e o eucalipto a estarem concentrados nas áreas de produção de madeira e o sobreiro nas áreas multifuncionais.

No que diz respeito à distribuição das três principais espécies:

1. Eucalipto (*Eucalyptus globulus*) é uma das três principais espécies – 812 000 ha. Originário da Tasmânia, o eucalipto está presente em todo o país. Especialmente utilizado pela indústria de papel e celulose, o eucalipto tornou-se uma das árvores mais plantadas em Portugal. Na década de 80 houve uma grande controvérsia sobre os efeitos negativos destas árvores no solo, água e biodiversidade, que resultou na implementação de legislação (Lei Nº. 175/88 de Maio de 2017 e Lei Nº. 513/89, de 6 de Julho) que restringe o aumento da plantação monocultura desta espécie.
2. Sobreiro (*Quercus suber*) – 737 000 ha. O sobreiro é considerado a “árvore nacional” de Portugal. Portugal é o maior produtor, processador e exportador de cortiça.
3. Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*) – 714 000 ha. O Pinheiro-bravo está espalhado pelas regiões do norte e centro litoral do país. Estas três espécies foram escolhidas aquando das campanhas de florestação realizadas no século XIX. Estas regeneram facilmente e a sua madeira é amplamente utilizada comercialmente.

As florestas de pinho são normalmente orientadas em povoamentos de árvores, geralmente com origem em sementes ou sementeira, que habitualmente se desenvolve numa copa alta fechada, e pode ser orientada utilizando a regeneração natural ou por sementeira ou plantação. Em casos de regeneração natural e plantação, a fase inicial destina-se a reduzir gradualmente a densidade das plantas para 1 200 – 1 600 árvores por hectare. Inicialmente em grupos e depois selectivamente recorrendo à mecânica ou grade manual ou desmatação. Após 10 anos, as árvores podem ser

podadas ou desbastadas, utilizando o material residual, deixando o corte final (após 30 - 40 anos) de cerca de 500 - 600 árvores por hectare, enquanto se procede também ao controlo de vegetação indesejada, mecânica ou manualmente, através de grade ou desmatação. No caso de regeneração natural, durante o corte final, são deixadas cerca de 25 árvores grandes por hectare como árvores de semente.

As plantações de eucalipto são baseadas no plantio e o corte raso da floresta, geralmente entre 10 e 15 anos, utilizando toda a madeira com ou sem a casca (povoamento simples). É dada prioridade à realização de povoamento para 1, 2 até 3 rotações, seleccionando rebentos depois de cada corte. Se o último corte não for considerado produtivo a área é replantada.

Em povoamentos mistos com pinheiro-bravo, sistema de gestão é baseado no desbaste da floresta, de forma a deixar uma percentagem de árvores restantes para uso futuro, quando os cepos das árvores de eucalipto colhido produzem rebentos (povoamento composta).

A CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção) lista um número considerável de espécies de plantas protegidas por Portugal, no entanto, a lista não inclui qualquer espécie de árvore. A “Lista vermelha” da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza e Recursos Naturais) indica centenas de espécies de plantas para o território de Portugal continental, mas também não inclui qualquer espécie de árvore. 49 espécies de plantas são consideradas relevantes no que diz respeito a operações florestais. A legislação nacional de Portugal lista de espécies protegidas, e, por exemplo, é proibido cortar qualquer sobreiro (*Quercus suber*) e azinheiras (*Quercus ilix* / *Quercus rotundifolia*; medidas de protecção pela Lei N.º.155/2004) e o azevinho europeu (*Ilex aquifolium*; protegido pela Lei n.º. 423/89).

Portugal considera as florestas e os produtos florestais como uma área bastante importante para a sua economia. O sector florestal tem um impacto significativo no seu PIB – superior à média europeia. O sector florestal representa quase 10% do comércio de exportação nacional e 2% do valor acrescentado bruto. As florestas são também a base para um sector económico que gera cerca de 100 000 empregos directos (4% da população activa).

A alteração climática e a ocorrência de eventos meteorológicos extremos aumentaram o fenómeno dos incêndios florestais, incêndios principalmente médios e grandes (mais de 100 hectares), um dos maiores riscos conhecidos no sector florestal Português, que incorre em custos muito elevados. A alteração climática também pode induzir a pragas e doenças devido ao abatimento em plantas hospedeiras.

Em Portugal, a perda de vitalidade e a mortalidade do pinheiro-bravo está principalmente relacionada com o Nemátodo-do-pinheiro (NMP), detectado em Portugal em 1999.

Descrição da Pinewells, S.A.

A Pinewells é um produtor de pellets do centro de Portugal. É uma das dez principais empresas florestais da região, no entanto, deveras menor do que as cinco maiores (empresas de celulose e papel).

Em 2017, a matéria-prima chegou à Pinewells proveniente dos seguintes distritos:

- Aveiro;
- Viseu;
- Guarda;
- Coimbra;
- Leiria;
- Castelo Branco.

A maioria dos fornecedores trabalha com as organizações de produtores florestais (OF). As organizações de produtores florestais são um elemento central na representação dos interesses dos proprietários e dos gestores florestais, desempenhando um trabalho de apoio aos proprietários e por sua vez aos produtores florestais, cujo objectivo é alcançar as boas práticas de gestão florestal.

A matéria-prima recebida é proveniente de fornecedores de florestas privadas e/ou florestas do domínio da Autoridade Nacional Florestal, podendo ser encontradas as seguintes situações:

- Controlled Feedstock (99,5% do abastecimento, 23 fornecedores, 94% - pinho, 4% - caducifólia, 2% - eucalipto) de pequenos proprietários florestais (< 500 ha) e de acordo com a Autoridade Nacional Florestal, incluindo limpezas florestais para evitar incêndios, doenças, etc.;
- SBP-compliant Primary Feedstock (0,5% do abastecimento, 1 fornecedor, pinheiro-bravo) proveniente de florestas certificadas FSC, tal como o eucalipto (que é bastante valorizado por outras indústrias, como por exemplo, a indústria do papel).

A Pinewells trabalha com vários fornecedores que são proprietários de áreas florestais onde é legalmente exigido que mantenham e assegurem a limpeza das suas florestas.

2.2 Acções desenvolvidas para promover a certificação dos fornecedores de matéria-prima

A empresa entrou em contacto com cada um dos seus fornecedores e afirmou a importância de fornecer material certificado (FSC), apontando as crescentes exigências dos mercados e consumidores sobre a origem legal e sustentável de produtos florestais, incluindo a biomassa para produção de energia.

2.3 Programa de amostragem de corte final

Este parágrafo não se aplica, uma vez que as operações florestais não são realizadas pelo produtor de pellets; todas as árvores de diâmetro superior são utilizadas por (vendidas para) outras indústrias. Tendo em consideração a matéria-prima primária, a selecção é efectuada na floresta pelos fornecedores de matéria-prima. A Pinewells utiliza os resíduos florestais, ramos de pequenas árvores, e a serragem para a produção de pellets. Uma parte da madeira de pinheiro é proveniente de operações de manutenção (desbastes).

Das espécies utilizadas pela Pinewells, apenas o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*), o pinheiro manso (*Pinus pinea*) e o freixo (*Fraxinus angustifolia*) possuem um período de rotação estimado de mais de 40 anos. O eucalipto (*Eucalyptus* spp.) E o choupo (*Populus* spp.) são espécies de crescimento rápido, que são retiradas antes dos 40 anos de idade.

As parcelas florestais são examinadas antes do corte (por amostragem) e a idade do povoamento é identificada nas informações das listas de verificação do fornecedor. O sistema de monitorização e inspecção descreve as etapas de amostragem e monitorização das áreas de corte.

2.4 Diagrama das entradas de matérias-primas indicando o tipo de matérias-primas [opcional]

As entradas de matérias-primas são indicadas no SAR.

2.5 Quantificação da Base de Abastecimento

Fornece métricas para a Base de abastecimento, incluindo os seguintes, onde são fornecidas estimativas, estas devem ser justificadas.

Base de Abastecimento

- a. Área da Base de Abast. (ha): 3,2 milhões de hectares
- b. Tipo de propriedade (ha): Privada: 3,1 milhões de hectares (97%, incluindo 8% gestão comunitária)
Pública: 0,1 milhões de hectares (3%)
- c. Tipologia florestal (ha): Temperada: 3,2 milhões de hectares
- d. Tipo de gestão florestal (ha): Plantação: 1,8 milhões de hectares; Natural/Semi Natural: 1,4 milhões de hectares
- e. Áreas certificadas (ha): 391 677 de hectares de floresta certificada FSC;
254 604 de hectares de floresta certificada PEFC.

Matéria-prima

- f. Volume total de matéria-prima: 223 981,539 toneladas
- g. Volume de matéria-prima primária: 204 036,6 toneladas
- h. Percentagem da matéria-prima primária (g), de acordo com as seguintes categorias.
Esquemas subdivididos de Gestão Florestal aprovados pelo SBP:
- Não certificada por iniciativa de Gestão Florestal aprovada pelo SBP – 99,5%
 - Certificada por iniciativa de Gestão Florestal aprovada pelo SBP – 0,5%
- i. Lista de todas as espécies de matéria-prima primária, incluindo o nome científico:
- Pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*);
 - Pinheiro-manso (*Pinus pinea*);
 - Pinheiro-negro (*Pinus nigra*);
 - Pinheiro-de-Monterey (*Pinus radiata*);
 - Pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*);
 - Abeto-de-douglas (*Pseudotsuga menziesii*);
 - Mimosa (*Acacia dealbata*);
 - Acácia-preta (*Acacia melanoxylon*);
 - Choupos (*Populus spp.*);
 - Freixo-europeu (*Fraxinus spp.*);
 - Amieiro (*Alnus Glutinosa*);
 - Cedro (*Cupressocyparis leylandii*);
 - Cedro-branco (*Cupressus lusitanica*);
 - Castanheiro português (*Castanea sativa*);
 - Carvalho português (*Quercus faginea*);
 - Eucalipto comum (*Eucalyptus globulus*);
 - Eucalipto-vermelho (*Eucalyptus camaldulensis*).
- j. Volume de matéria-prima primária proveniente de floresta primária: Nenhuma (0 toneladas)
- k. Lista da percentagem de matéria-prima proveniente de floresta primária (j), de acordo com as seguintes categorias.
Esquemas de Gestão Florestal aprovados pelo SBP:
- Matéria-prima primária proveniente de floresta primária certificada através de um Esquema Gestão Florestal aprovado pelo SBP;
 - Matéria-prima primária proveniente de floresta primária não certificada através de um Esquema Gestão Florestal aprovado pelo SBP.
- Não aplicável (0%).
- l. Volume da matéria-prima secundária: 19 944,92 toneladas (serradura, fragmentos de madeira lascada e cavacos).
- m. Volume de matéria-prima terciária: Nenhuma (0 toneladas).

3 Requisitos da Avaliação da Base de Abastecimento

SBE completa	SBE incompleta
<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Para obter mais informações sobre porque foi desenvolvida e implementada uma SBE, por favor consulte o capítulo 4.2.

4 Avaliação da Base de Abastecimento

4.1 Âmbito

O âmbito da Pinewells para esta Avaliação da Base de Abastecimento (SBE) abrange:

- Portugal Continental;
- Matéria-prima FSC *Controlled Wood*.

A Pinewells utiliza o sistema de controlo FSC CoC e o método de avaliação de controlo de madeira FSC *Controlled Wood*.

A maior parte da matéria-prima recebida na Pinewells é material controlado e uma pequena percentagem de matéria-prima é *Feedstock compliant* com o SBP (FSC certificada). A SBE foi concluída para material controlado que a Pinewells forneceu no âmbito no seu próprio sistema de controlo de madeira FSC.

4.2 Justificação

No mercado actual de pellets, a certificação torna-se um factor chave. A exigência dos clientes em obter produtos certificados SBP está a aumentar a consciencialização dos produtores sobre a necessidade de se tornarem certificados de acordo com a Standard 1 do SBP – *Feedstock Compliant*.

A exigência de clientes para obter produtos com certificação SBP está a aumentar a conscientização dos produtores sobre a necessidade de tornar certificado do *standard 1* do SBP – compatível com matéria-prima.

É de extrema importância para a Pinewells conhecer a sua base de fornecimento. A Pinewells ampliou a sua equipa de sustentabilidade e desenvolveu diversos procedimentos SBP e criou um Guia de Operações de Boas Práticas de Exploração de Produtos Florestais. Estes documentos estão descritos no Sistema de Gestão. Todos os trabalhadores florestais auditados pela equipa da Pinewells têm treino de campo.

Tendo em consideração que apenas uma pequena percentagem de matéria-prima fornecida é proveniente de programas de certificação aprovados SBP, a Pinewells concluiu a certificação SBE para garantir a sua conformidade com os requisitos SBP. Para tal, a Pinewells definiu as medidas de mitigação de risco e garantir um baixo risco para os indicadores que foram identificados como “riscos especificados”.

4.3 Resultados da Avaliação de Riscos

Como resultado da avaliação de risco efectuada em conformidade com o *standard 1* do SBP, versão 1.0, e tendo em consideração o plano (final) do Projecto de Avaliação Nacional de Risco

pela ANPEB, a Pinewells identificou 15 indicadores com um risco especificado na sua base de abastecimento (11 indicadores têm um risco especificado no final do projecto ANR e 4 indicadores que a Pinewells adicionalmente considerou como risco especificado).

Tabela 4.3: Resultados finais da avaliação de riscos SBE (15 riscos especificados)

SBP Indicador	NRA PT Projecto Final	Riscos Especificados Pinewells
1.1.2	A matéria-prima pode ser rastreada até a Base de Abastecimento definida.	
	Sim	<p>A indústria de madeira em Portugal importa muita matéria-prima de pinheiro, principalmente de Espanha. Existem vários documentos que devem acompanhar o abastecimento de matéria-prima e identificar a origem dessa matéria-prima.</p> <p>Ver também o indicador 1.2.1 abaixo.</p>
1.2.1	O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos apropriados para garantir a legalidade e utilização da propriedade pode ser demonstrada através da Base de Abastecimento	
	Sim	<p>A Pinewells não compra madeira de fornecedores sem um registo válido da empresa, nem terrenos arborizados onde são contestados os direitos de propriedade. Qualquer litígio relativo à posse de madeira deverá ser primeiramente resolvido.</p> <p>São realizadas investigações adicionais através de pesquisa de documentação legal e estende-se até, por exemplo, a entrevistar as partes interessadas (proprietários dos terrenos arborizados vizinhos) e autoridade locais, sempre que:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. Não estão disponíveis dados cadastrais; b. A área seja apreendida pelo governo; c. Existam reclamações sobre o proprietário, ou a operação de corte. <p>Nestes casos, o procedimento interno “Procedimento sobre a legalidade e origem da matéria-prima” é activado.</p>
2.1.1	O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos apropriados para verificar que as florestas e outras áreas com altos valores de conservação são identificadas e mapeadas.	
	Sim HCV 1+3	<p>HCV 1+3+4+5</p> <p>No capítulo 9 deste relatório é fornecida uma lista de sites para identificar e mapear as HCV.</p> <p>Ver o indicador 2.1.2. para mais informações.</p>
2.1.2	O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos apropriados para identificar e solucionar possíveis ameaças às florestas e outras áreas com altos valores de conservação de actividades de gestão florestal.	
	Sim HCV 1+3	<p>HCV 1+3+4+5</p> <p>HCV 1 – Diversidade de espécies</p>

		<p>Há um risco específico das operações florestais em solos privados, comunitários e áreas privadas não geridas pelo ICNF possam prejudicar a diversidade das espécies. A diversidade de espécies é avaliada e registada antes de se iniciarem as operações de corte. Deve ser dada uma especial atenção ao Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e às Áreas Importantes para as Aves e Biodiversidade (IBAs).</p> <p>Ver abaixo, indicador 2.2.4</p> <p>HCV 3 – Ecossistemas e habitats</p> <p>Há um risco específico das operações florestais em solos privados, comunitários e áreas públicas que não são geridas pelo ICNF possam prejudicar os ecossistemas e habitats.</p> <p>Ver abaixo, indicador 2.2.3</p> <p>HCV 4 – Sistemas de ecossistema crítico & HCV 5 – Necessidades da comunidade</p> <p>Este é um risco especificado em áreas florestais privadas, comunitárias e públicas não geridas pelo ICNF, sujeitas a um corte raso das dimensões abaixo da área máxima indicada para cada região pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF).</p> <p>Não existem povos indígenas em Portugal, mas é importante avaliar os interesses da população (local) e as funções socioeconómicas das florestas e zonas arborizadas (incluindo funções agrícolas e municipais). A construção de vedações ao redor das florestas é, na maioria das vezes, indesejável.</p> <p>Ver abaixo, indicadores 2.2.2, 2.2.3, 2.4.1 e 2.5.1.</p> <p>O indicador 2.6.1 funciona como uma rede de segurança.</p>
<p>2.1.3</p>	<p>Não</p>	<p>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos apropriados para verificar que a matéria-prima não é proveniente de florestas convertidas em florestas de plantação de produção nem de terrenos não-florestados após Janeiro de 2008.</p> <p>A Pinewells considera que todos os povoamentos de pinheiro são florestas e povoamentos de eucaliptos são plantações. A Pinewells verifica se as florestas foram alteradas para plantações.</p> <p>Existe um risco específico que este indicador não preenche. Não existem garantias de que novas plantações de eucaliptos depois de Janeiro de 2008 não tenham sofrido um desbaste ou corte. Os primeiros cortes de desbastes devem ser efectuadas após 8 anos, e os actuais fogos florestais resultam da rápida corte das plantações. Para além disso, o choupo e outras espécies de árvores podem ser consideradas uma plantação e a nova proposta de lei abrange apenas o eucalipto.</p> <p>A 21 de Março de 2017, o Conselho de Ministros aprovou uma proposta de lei que revê o Regime Legal para Acções de Arborização e Reflorestação. Esta proposta de lei bloqueia a expansão de áreas de plantação de eucaliptos, permitindo novas plantações apenas como forma de compensação para áreas anteriormente ocupadas por eucaliptos e actualmente abandonadas. Será</p>

		obrigatório que as áreas anteriormente ocupadas por estas espécies sejam limpas e utilizadas para outras actividades agrícolas ou florestais.
2.2.1		O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos apropriados para verificar que a matéria-prima é proveniente de florestas onde existe uma avaliação dos impactos, e planeamento, implementação e monitorização dos mesmos, de forma a minimizá-los.
	Sim	Por vezes não está disponível nenhum plano de floresta (no PROF, PGF ZIF, PUB, SNAC, bem como nenhum PEFC ou certificação FSC). As avaliações adicionais dos impactos ambientais precisam de ser efectuadas e gravadas antes da corte. Ver abaixo, indicadores 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4 e 2.4.2.
2.2.2		O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos apropriados para verificar que a matéria-prima é proveniente de florestas onde a gestão mantém ou melhora a qualidade do solo (CPET S5b).
	Não	Em algumas regiões, existe o problema da degradação dos solos (pobres) devido a anteriores práticas de utilização do solo e a alterações climáticas.
2.2.3		O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos apropriados para garantir que os principais ecossistemas e habitats são conservados ou retirados no seu estado natural (CPET S8b).
	Sim	Em Portugal, os principais ecossistemas e habitats estão localizados principalmente em Áreas protegidas e Áreas Classificadas (Natura 2000). No entanto, aproximadamente 2/3 de áreas classificadas não estão incluídas na Rede Nacional de Áreas Protegidas. Para além disso, existem principais ecossistemas e habitats que ocorrem fora das áreas Protegidas e Classificadas.
2.2.4		O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos apropriados para garantir que a biodiversidade é protegida (CPET S5b).
	Sim	Podem ser encontradas em Portugal cerca de 3.600 espécies de plantas. Existe uma taxa de 69% de mamíferos terrestres, um total de 313 espécies de aves, das quais cerca de 35% estão de algum modo ameaçadas, e 17 anfíbios e 34 espécies de répteis actualmente em Portugal. Algumas das maiores ameaças à diversidade biológica de Portugal inclui: a alteração ou a destruição de habitats; poluição; exploração excessiva; espécies exóticas invasivas; urbanização e incêndios.
2.3.2		Formação adequada é fornecida para todo o pessoal, incluindo empregados e contratados (CPET S6d).
	Sim	Isto não é suficientemente coberto. A Estratégia Nacional para as Florestas afirma que o foco na profissionalização e formação dos diferentes <i>players</i> do sector florestal é de fundamental importância para aumentar a competitividade e, desse modo, o desenvolvimento do sector.

<p>2.4.2</p>	<p>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos apropriados para verificar que os processos naturais, tais como os fogos, epidemias e doenças são devidamente geridas (CPET S7b).</p>
<p>Sim</p>	<p>As pragas, as doenças e os incêndios são hoje os maiores riscos identificados no sector florestal Português. Tal como indicado no indicador anterior, os riscos abióticos afectaram desde 2011 24% da área florestal, gerada por um ciclo vicioso regressivo que combina fogo, "seca", pragas, doenças e espécies invasoras.</p>
<p>2.5.1</p>	<p>Os direitos legais, habituais e tradicionais de posse e uso dos povos indígenas e das comunidades locais relacionadas com a floresta são identificados, documentados e respeitados (CPET S9).</p>
<p>Não</p>	<p>Existe um risco específico de que os direitos das comunidades locais possam ser violados, mas é um caso excepcional. Se a área que ocorrem as operações florestais estiverem com vedações, além disso, se foi cercada recentemente, é avaliada a opinião dos residentes. O abuso de cercas, estradas bloqueadas e sinais inadequados torna a matéria-prima não conforme com as exigências do programa SBE. Em Portugal, a entrada em terras florestais privadas não é considerada uma invasão e a utilização de produtos selvagens é prática comum. Não há povos indígenas em Portugal.</p>
<p>2.6.1</p>	<p>Estão em vigor mecanismos apropriados para a resolução de reclamações e litígios, incluindo os relativos aos direitos de posse e utilização, às práticas de gestão florestal e às condições de trabalho.</p>
<p>Não</p>	<p>Existe um grande número de proprietários de terras com propriedades florestais extremamente pequenas em Portugal. Em algumas regiões do país, a falta de dados cadastrais contribuiu para os problemas em avaliar os limites da corte de parcelas. Os interesses culturais e sociais poderiam ser descuidados.</p> <p>O objectivo é encontrar e resolver reclamações e litígios antes das operações de corte começarem, com especial atenção para os indicadores, que são classificados como "risco especificado".</p>
<p>2.8.1</p>	<p>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos apropriados para verificar se estão previstas salvaguardas adequadas para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores florestais (CPET S12).</p>
<p>Sim</p>	<p>A <i>International Trade Union Confederation</i> (IUTC) [Confederação Internacional Sindical] classifica os países contra 97 indicadores para avaliar onde é que os direitos dos trabalhadores são mais bem protegidos. Portugal tem uma classificação de 3 (numa escala de 1 a 5+). Esta pontuação é dada a países onde:</p> <p>(Existem) "Violação regulados dos direitos. O governo e/ou as empresas interferem regularmente nos direitos colectivos do trabalho. Existem deficiências nas leis e/ou certas práticas que tornam as violações frequentes possíveis."</p>
<p>2.9.1</p>	<p>A matéria-prima não é fornecida de áreas que tiveram um elevado teor armazenamento de carbono em Janeiro de 2008 e que actualmente não têm mais esse elevado teor de concentração de carbono.</p>

	Não	<p>Existe um risco específico de reduzir nos elevados teores de carbono, mas não é um dos mais proeminentes. Considerando a tendência positiva geral da acumulação de carbono pelas florestas em Portugal, este risco tem um carácter regional para o local (excepcional) e está mais especificamente relacionado com os riscos mencionados nos seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> d. 2.1.3 (conversão de terra); e. 2.2.2 (degradação dos solos). <p>Por exemplo, a conversão de florestas para uso urbano é significativa (28000 ha). No total, a área florestal diminuiu em 150 611 ha, 85% dessas terras florestais foram convertidas em "ervas daninhas e pastagens" (entre 1995 e 2010, de acordo com o ICNF).</p>
--	------------	---

4.4 Resultados do Programa de Verificação do Fornecedor

No que diz respeito à Standard 2 do SBP, capítulo 14 do Programa de Verificação do Fornecedor:

14.1 O Objectivo do programa é atribuir um nível de risco aos indicadores sempre que a avaliação de riscos for inconclusiva (i.e. para indicadores inicialmente classificados como risco não especificado).

A Avaliação de Riscos não tinha indicadores inconclusivos. Os resultados da Avaliação de Riscos foram discutidos com os fornecedores de matéria-prima e outros parceiros. Os indicadores, riscos, medidas de mitigação e os indicadores eram claros. A Avaliação dos riscos e possíveis impactos das operações de corte (EoR) e as medidas de mitigação de riscos são regularmente avaliadas (e, sempre que possível, melhoradas).

Como novas parcelas estão sempre a ser preparadas para as operações de corte, a implementação das medidas de mitigação é um processo contínuo. A Pinewells verifica os dados pertinentes e os resultados das equipas de corte. Neste processo, as medidas de risco e mitigação estão a ser especificadas a nível prático (para mais informações consulte o capítulo 8. “Programa de Verificação de Fornecedor” deste SBR.

14.2 O Programa de Verificação do Fornecedor pode incluir avaliações baseadas em avaliações no terreno (por exemplo, a auditoria aos fornecedores de matéria-prima do Produtor de Biomassa).

A Pinewells tem vindo a implementar inspecções aos seus fornecedores de matéria-prima há já muito tempo. Possui um procedimento de amostragem e monitoramento. Todos os fornecedores de matéria-prima são inspeccionados. A Pinewells dá formação aos fornecedores de matéria-prima para atingir o nível de fornecedores seleccionados que podem fornecer matéria-prima conforme SBP.

14.3 O objectivo, âmbito e natureza de qualquer avaliação do SVP e as medidas de mitigação associadas deverão ser documentados.

A Pinewells elabora um relatório a cada visita que faz à empresa e a cada inspecção no terreno. Os fornecedores de matéria-prima seleccionados apresentam também um relatório sobre a área de corte antes do corte e uma avaliação dos riscos e possíveis impactos das operações de corte (EoR).

14.4 Requisitos mais pormenorizados para a avaliação do Programa de Verificação de Fornecedor estão presentes na Nota 2A. Verificação de Fornecedor Programa – Requisitos para os Produtores de Biomassa.

Ver abaixo.

Relativamente à Instrução Nota 2A. Programa de Verificação de Fornecedor – Requisitos para Produtores de Biomassa:

1 Requisitos Gerais

1.1 O Produtor de Biomassa deverá envolver-se de forma pró-activa e transparente, envolvendo os parceiros afectados no seu planeamento SBE e processos de monitorização, proporcionais à escala, intensidade e riscos de actividades de gestão. Deverá envolver os parceiros interessados no pedido.

A SBE está a passar por um processo de consulta dos parceiros interessados (capítulo 6 deste relatório) onde este ponto é abrangido.

1.2 Os parceiros afectados deverão ser notificados com antecedência da SBE se a colheita de matéria-prima for susceptível de exercer um impacto negativo sobre eles. Estes devem também dispor de oportunidade de envolvimento para identificar formas de evitar ou reduzir quaisquer impactos negativos.

Tal como o artigo 1.1. Isto torna-se de importância, a partir do momento em que as operações de corte estão a ser planeadas. A Pinewells solicita uma avaliação do impacto antes do corte começar.

1.3 As partes interessadas serão notificadas pelo menos um mês antes do final da SBE, e deverão ser fornecidas oportunidades para a participação na gestão, planeamento e acompanhamento de processos que poderão causar impacto nos seus interesses.

Tal como o ponto 1.1. A Pinewells incentiva todas as partes interessadas a apresentar os seus interesses relacionados com a gestão florestal. Todas as reclamações ou sugestões obtidas são tratadas de forma séria e registadas.

2 Preocupações das partes interessadas

2.1 Não é necessária a presença do Produtor de Biomassa para chegar a um consenso com os parceiros, mas deverá ter em bastante consideração as preocupações dos parceiros.

Tal como os Requisitos Gerais, acima.

3 Registos

3.1 O Produtor de Biomassa deverá manter os seguintes registos:

- a) Listas de indivíduos/organizações convidados a comentar:*
- b) Cópias de toda a correspondência e comentários recebidos.*

A SBE está a passar por um processo de consulta das partes interessadas (capítulo 6 deste relatório) onde este ponto é abrangido.

4.5 Conclusão

A finalidade da presente SBE é avaliar o nível de riscos para todos os indicadores do *standard 1* do SBP. Para todos os indicadores identificados como “risco especificado”, a Pinewells explica e descreve as operações de gestão para os processos.

Os pontos de discussão e opiniões sobre os possíveis riscos de sustentabilidade na aquisição de matéria-prima em Portugal têm sido estudados em detalhe nos últimos anos durante o processo da NRA SBP. Em geral, há uma boa compreensão da necessidade de executar Medidas de Mitigação do Risco adicionais (RMMs).

Tendo em conta os pontos de discussão sobre a actual sustentabilidade em Portugal, a Pinewells aceitou praticamente todas como “risco especificado”. No total, foram avaliados 15 indicadores para ter um risco específico. A Pinewells classificou o indicador 2.6.1 como risco especificado, devido à sua importante função como uma rede de segurança para o desempenho suficiente em outros indicadores a longo prazo.

A propriedade florestal em Portugal é fragmentada, portanto, várias tarefas de gestão florestal, a começar com uma avaliação dos impactos ecológicos, económicos e sociais, de planos operacionais devem ser consideradas pelas empresas de exploração florestal e respectivos clientes.

Por causa da implementação das avaliações *FSC Controlled Wood* e *Due Diligence*, uma RMM já estava implementada, ou seja, a rastreabilidade da matéria-prima até a sua origem. A Pinewells não trabalha com matéria-prima que não seja material controlado.

Em geral, foram encontrados muitos riscos especificados durante a SBE SBP, no entanto, eles são controláveis. As florestas em Portugal têm uma longa história e, em geral, é respeitada a sustentabilidade. A corrupção em Portugal é relativamente baixa, o que é validado pelo índice de CPI de 62 pontos (2016).

O Processo de Avaliação de Base de Abastecimento é descrito no capítulo 5. Inclui duas etapas:

- A aprovação de fornecedores de matéria-prima que cumprem os requisitos SBP (Standard 1 do SBP)
- A aprovação de parte da matéria-prima, como “*Feedstock Compliant*”, de fornecedores de matéria-prima aprovados.

5 Processo de Avaliação da Base de Abastecimento

Equipa de avaliação

A *Supply Base Evaluation* (SBE) é gerida por Nazaré Costa, Responsável da Qualidade na Pinewells. Trabalha em gestão de qualidade há já 12 anos. O trabalho de terreno é executado por Bianca Peixinho que estudou Engenharia Florestal. Aldora Firmo é responsável pelas formações em campo de Higiene e Segurança no trabalho das equipas de corte dos fornecedores de matérias-primas. A equipa teve como consultores Rens Hartkamp, doutorado e Tatiana Savelyeva, mestre; dois consultores externos internacionais com certificação do SBP, que têm estado presentes em mais de 35 projectos iniciais do SBP e em mais de 10 auditorias de controlo.

Desenvolvimento da SBE

A Avaliação da Base de Abastecimento teve em consideração o projecto final da Avaliação Nacional de Riscos SBP (NRA) para Portugal, assim como a legislação nacional, políticas nacionais e relatórios anuais e publicações de instituições e autoridades relevantes. Durante a preparação da SBE, foi realizado um estudo de base detalhado para cada indicador do SBP. No anexo 1 é apresentada uma descrição resumida de cada indicador, e abrange todos os indicadores relevantes da Standard 1 do SBP.

A equipa de avaliação seguiu os seguintes passos no desenvolvimento da Avaliação da Base de Abastecimento:

- Desenvolver a Avaliação de Risco e as Medidas de Mitigação do Risco (RMM) adicionais em colaboração com os fornecedores da Pinewells (discussão sobre riscos e análises de não conformidades);
- Estudar o projecto da Avaliação Nacional de Riscos SBP (NRA) e comparar o mesmo com as próprias experiências e procedimentos da Pinewells;
- Incluir as RMM nos procedimentos da Pinewells (adaptar e desenvolver procedimentos e listas de verificação relacionadas com aquisição de matéria-prima);
- Formar equipas de corte de abastecimento de matérias-primas;
- Avaliar as RMM na prática durante as operações de corte de abastecimento de matéria-prima.

A Engenheira Florestal tem estado envolvida na aquisição de madeira e nas inspecções no terreno. Estudou exploração florestal e conhece o quadro jurídico nesta área.

A Pinewells e os seus fornecedores de matéria-prima têm experiência na exploração florestal e a maior parte das medidas de mitigação do risco já se encontravam em vigor. Os documentos mencionados abaixo são regularmente avaliados e melhorados, sempre que possível.

Os documentos relevantes são:

- Declarações assinadas por fornecedores de matéria-prima;
- Procedimento sobre a legalidade e origem das matérias-primas;

- Avaliação dos riscos e possíveis impactos das operações de corte. (EoR);
- Amostragem e monitorização do procedimento;
- *Best Practice Harvest Operations Guide* [Guia de Boas Práticas Florestais];
- Relatórios de avaliação e listas de verificação sobre:
 - Operações de corte;
 - Abastecimento de matérias-primas primárias.
- Procedimento de reclamações e publicações;
- Documentação que acompanha o abastecimento de matérias-primas (relacionada com a avaliação de material controlado FSC e a verificação da origem da madeira).

A Avaliação de Riscos (RA) não resultou em indicadores conclusivos (riscos indeterminados).

Ver também o parágrafo 4.3.

Aprovação de equipas de corte e fornecedores de matérias-primas

As equipas de corte e os fornecedores de matéria-prima são tratados de igual forma, são avaliados através do seu desempenho. As visitas aos locais são conduzidas de forma quase contínua para verificar o desempenho operacional e para verificar se as medidas de mitigação estão a ser implementadas na prática. A Pinewells verifica pelo menos uma vez por mês a gestão dos fornecedores (nos seus escritórios) de resíduos secundários e os seus fornecedores de matérias-primas.

As equipas de corte e os fornecedores de matéria-prima que demonstrem um alto nível de compreensão dos indicadores do SBP nas suas avaliações e durante as operações de corte são seleccionados como “programa SBE aprovado”. No entanto, tal como é descrito na secção seguinte, a Pinewells não classifica todas as matérias-primas provenientes de fornecedores aprovados da SBE como “*Feedstock compliant*”.

Os procedimentos da Pinewells relativos às equipas de corte, fornecedores de matéria-prima e as operações de corte incluem:

- Formação de equipas de corte e de fornecedores de matérias-primas;
- Verificação do desempenho das equipas de corte e fornecedores de matérias-primas;
- Selecção das equipas de corte e fornecedores de matéria-prima que cumprem os requisitos adicionais para alcançar a “biomassa adequada SBP”;
- Revogação do estatuto de aprovação SBP SBE sempre que forem encontradas inconformidades graves;
- Formação anual e reavaliação de equipas de corte e fornecedores de matéria-prima aprovados.

A Pinewells planeia a “aprovação SBP” a fornecedores externos de matéria-prima, quando estes demonstram excelentes resultados em todas as medidas de mitigação de riscos.

Os procedimentos de Amostragem e Monitorização da Pinewells são aplicados a todos os fornecedores de matéria-prima primária, não apenas aos fornecedores de matéria-prima com “aprovação SBP”.

Implementação das medidas de mitigação e aceitação de matéria-prima

A SBE foi realizada pela primeira vez este ano (2017). A implementação prática das medidas de mitigação de riscos é um processo contínuo porque as novas áreas estão a ser preparadas de

forma contínua para as operações de corte. Os riscos e as medidas de mitigação precisam de ser especificadas ao nível das operações florestais práticas.

A maioria das medidas de mitigação de riscos já entrou em vigor. Para fazer face a todos os riscos possíveis, são efectuados acréscimos a diversos procedimentos da Pinewells. É importante que a avaliação das áreas seja realizada antes do corte.

Medidas tomadas para garantir a gestão sustentável das florestas:

- Estudar informações de acesso público e outras relacionadas com parcelas onde estão planeadas operações de corte e respectivas imediações;
- Informar as equipas de corte e fornecedores dos riscos encontrados;
- Avaliar no local as áreas e respectivas imediações antes do corte, tomar medidas sempre que existirem possíveis riscos relacionados com a parcela; por exemplo, quando são encontrados habitats;
- Avaliação dos riscos e possíveis impactos das operações florestais;
- Verificar possíveis interesses locais, planos futuros em relação ao terreno e gestão de reclamações;
- Desenvolver adaptações aos planos de corte, se necessário;
- Manter os registos da avaliação de riscos, da investigação da parcela e respectivas imediações e das medidas implementadas;

As inspecções aos locais de corte e aos fornecedores de matéria-prima incluem:

- As actividades florestais das equipas de corte e fornecedores de matérias-primas;
- A administração de fornecedores de matéria-prima primária e secundária;
- Facilidades e armazenamento de matérias-primas (primárias) e secundárias;

Tendo em conta a situação em Portugal, onde existem mais de meio milhão de proprietários de áreas florestais e onde a maioria apenas possui alguns hectares de terreno, nem toda a matéria-prima proveniente de fornecedores de matéria-prima aprovados SBE serão automaticamente fornecedores compatíveis com o SBP. Existem factores para lá do alcance dos fornecedores de matéria-prima seleccionados, por exemplo, se uma propriedade foi mal administrada pelo proprietário do terreno. A Pinewells não classifica as matérias-primas como adequada se a floresta tiver sido administrada no passado de forma insuficiente ou se for convertida no futuro.

A Pinewells não classifica a matéria-prima como adequada quando:

- Os proprietários do terreno administraram as suas florestas de forma insuficiente, antes das operações de corte;
- As operações de corte não cumprem os requisitos de sustentabilidade (Standard 1 do SBP);
- Se a gestão futura não cumprir com os requisitos de sustentabilidade (Standard 1 do SBP), por exemplo porque está planeada a modificação do terreno para uso urbano;

Sempre que forem verificadas violações graves da Madeira Controlada *FSC* [*Forest Stewardship Council*] ou dos indicadores SBP SBE, tais como a violação de HCV, a matéria-prima não é comprada (ou é excluída e não usada) pela Pinewells. As violações de menor dos indicadores SBP SBE são retidos em volumes para serem aceites como “biomassa adequada SBP”.

O fluxo de trabalho da Pinewells sobre a Avaliação da Base de Abastecimento está presente na tabela 1 (abaixo).

Tabela 1: Fluxo de trabalho sobre a Avaliação da Base de Abastecimento da Pinewells

1		Cooperação com fornecedores de matéria-prima	
1.1	Os fornecedores de matéria-prima seleccionados assinam: - A Declaração de fornecimento		
1.2	Formação de fornecedores de matéria-prima sobre as boas práticas e requisitos da SBE e procedimentos - Boas práticas em relação às operações de corte		
1.3	Avaliação de FSC CW atribuída pela Pinewells - Câmara de Comércio (informação das empresas); - Prova da origem da matéria-prima (apenas em Portugal); - Procedimentos sobre a legalidade e a origem das matérias-primas (se a origem for desconhecida);		
1.4	<p><i>Fornecedores de matéria-prima primária No âmbito da SBE</i></p> <p><i>A Pinewells verifica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os escritórios de fornecedores de matéria-prima (lista de verificação) - O trabalho dos fornecedores no terreno (lista de verificação) 	<p><i>Fornecedores de matéria-prima secundária Fora do âmbito da SBE</i></p> <p><i>A Pinewells verifica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Os escritórios da secundária (lista de verificação) - Fornecedores de matéria-prima primária (lista de verificação) 	
1.5	Programa individual para os fornecedores matéria-prima sobre a "aprovação da SBE" atribuída pela Pinewells - Auditorias internas de fornecedores de matéria-prima		
1.6	<p><i>Fornecedores (ainda) sem aprovação da SBE</i></p> <p>Formação adicional e avaliação</p>	<p><i>Fornecedores com aprovação da SBE</i></p> <p>Reavaliação dos requisitos da SBE</p>	
2		Operações de corte efectuadas por fornecedores de matéria-prima	
2.1	A Pinewells prepara a informação sobre os riscos no local da corte e informa o fornecedor de matéria-prima. - A Pinewells envia a todos os fornecedores a Parte 1 da avaliação de riscos e possíveis impactos das operações de corte (EoR) - Os fornecedores com a "aprovação do SBP" realizam por própria conta e risco a avaliação detalhada da corte no local		
2.2	<p>Os Fornecedores avaliam a área de corte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - História (gestão do proprietário do terreno) - Actuais operações de corte - Planos futuros para a utilização dos terrenos <p>O fornecedor de matéria-prima responde à questão: <i>A gestão da floresta cumpre as boas práticas de exploração florestal e todos os requisitos do SBP?</i></p>	<p>Sim: A Pinewells confirma os resultados. Se a informação é confirmada, a matéria-prima é registada como matéria-prima conforme SBP</p> <p>Não: O fornecedor indica que a matéria-prima não cumpre todos os requisitos do SBP e explica a razão. A Pinewells confirma se a matéria-prima continua a cumprir os requisitos da FSC CW. Se esta situação for confirmada, a matéria-prima fica registada como matéria-prima conforme SBP</p>	
	<p>Documentos para o fornecedor:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parte 2. Avaliação dos riscos e possíveis impactos das operações de corte (EoR) - Boas práticas em relação às operações - Lista de verificação para fornecedores de matéria-prima 	<p>Documentos para a Pinewells:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos para obter resultados EoR - Registrar a entrada de matéria-prima 	
3		Ciclo contínuo das inspecções no terreno efectuadas pela Pinewells	
3.1	<p>Inspeções das operações (em curso), documentação e decisões de gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos de amostragem e monitorização 	<p>Os fornecedores de matéria-prima podem:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Perder o seu estatuto de "fornecedor aprovado da SBE" (violações de menor) - Perder o seu acordo de abastecimento 	

	<ul style="list-style-type: none"> - Listas de verificação do trabalho no terreno <p>Verificado também:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Procedimentos de reclamações e publicações - Contratos sobre a aquisição de madeira (quando não existe informação cadastral) 	<p>com a Pinewells (violações de maior).</p>
--	--	--

6 Consulta às partes interessadas

Para a avaliação de risco têm sido consultadas as partes interessadas e especialistas de renome na conservação da natureza e da exploração florestal. A informação obtida durante o processo de consulta dos parceiros será integrada neste relatório.

Consulta pública: 31 de Outubro 2017 – 20 de Dezembro 2017.

6.1 Resposta aos comentários das partes interessadas

Em progresso

Tabela 6.1: Resumo das respostas de todos os comentários às partes interessadas ao processo da SBE.

7 Visão Geral da Avaliação Inicial de Riscos

Indicador	Risco específico	Baixo Risco	Risco Não Especificado
1.1.1		X	
1.1.2	X		
1.1.3		X	
1.2.1	X		
1.3.1		X	
1.4.1		X	
1.5.1		X	
1.6.1		X	
2.1.1	X		
2.1.2	X		
2.1.3	X		
2.2.1	X		
2.2.2	X		
2.2.3	X		
2.2.4	X		
2.2.5		X	
2.2.6		X	
2.2.7		X	
2.2.8		X	
2.2.9		X	
2.3.1		X	
2.3.2	X		
2.3.3		x	
2.4.1		X	
2.4.2	X		
2.4.3		X	
2.5.1	X		
2.5.2		X	
2.6.1	X		
2.7.1		X	
2.7.2		X	
2.7.3		X	
2.7.4		X	
2.7.5		X	
2.8.1	X		
2.9.1	X		
2.9.2		X	
2.10.1		X	

8 Programa de Verificação de Fornecedores

8.1 Descrição do Programa de Verificação de Fornecedores

A avaliação de risco (RA) não tem indicadores inconclusivos (não tem “riscos não especificados”). Os resultados da RA têm sido discutidos com os fornecedores de matéria-prima e um vasto leque de parceiros. Os indicadores, riscos e medidas de mitigação foram claros.

O capítulo 5 descreve o sistema que garante que os riscos especificados são avaliados e reduzidos ao nível da corte de parcelas e operações.

8.2 Visitas ao Local

Não aplicável. Para mais informações consultar o ponto 8.1 e o capítulo 5.

8.3 Conclusões do Programa de Verificação de Fornecedores

Não aplicável. Para mais informações consultar o ponto 8.1 e o capítulo 5.

9 Medidas de Mitigação

9.1 Medidas de Mitigação

1.1.2	<i>A matéria-prima pode ser rastreada até à base de abastecimento</i>
Medidas de mitigação	<p>A Pinewells não compra madeira de fornecedores de madeira sem um registo válido da empresa e sem o envio da documentação que indique o local da corte.</p> <p>Quando a informação cadastrada não está presente, a equipa da Pinewells dirige-se até à área de abate para falar com os parceiros: os proprietários, os vizinhos e as populações que vivem naquela área.</p> <p>O <i>Due Diligence System</i> [Sistema de Diligência Devida] e o “PO31_0 <i>Monitoring and inspection system</i>” [Sistema de monitorização e inspecção] e “<i>Procedure on the legality and origin of raw material</i>” [Procedimento sobre a legalidade e a origem da matéria-prima] incluem os sistemas de controlo adequados.</p> <p>Ver também indicador 1.2.1.</p>
1.2.1	<i>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos adequados para garantir que a legalidade da propriedade e a utilização do terreno estão comprovadas através da Base de Abastecimento</i>
Medidas de mitigação	<p>A Pinewells não compra madeira a fornecedores de madeira que não tenham um registo de empresa válido, nem proveniente de florestas onde estão a ser disputados os direitos de propriedade. Toda a disputa relacionada com a propriedade da floresta terá de ser primeiramente resolvida.</p> <p>Em caso de dúvidas, maioritariamente por causa da ausência de dados cadastrais, a Pinewells pode verificar novamente se não existem problemas legais em relação às operações de corte. Nestes casos é activado o procedimento interno “procedimento sobre a legalidade e a origem da matéria-prima”.</p> <p>São efectuadas investigações adicionais através da pesquisa de documentos legais e pode levar até, como por exemplo, a entrevistar parceiros locais (proprietários de florestas vizinhas) e autoridades locais, sempre que:</p> <ul style="list-style-type: none">• Os dados cadastrais não estiverem disponíveis;• O terreno for apreendido pelo governo;• Existirem reclamações sobre o proprietário do terreno ou sobre a operação de corte. <p>Todos os fornecedores têm de possuir um “<i>Economic operator registration</i>” [Registo de Operador Económico]. A Pinewells apenas aceita matéria-prima entregue com um “<i>Manifest</i>” [Manifesto] e verifica se os fornecedores de matéria-prima preenchem as suas obrigações fiscais e legais.</p> <p>Tendo em conta o “procedimento sobre a legalidade e a origem da matéria-prima”, são abordados os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none">• Formalização do negócio através de acordos de compra e venda entre as partes;• Identificação da parcela/área (autorização de corte se possível);• Levantamento cartográfico da parcela;

	<ul style="list-style-type: none"> • Tipo de floresta e espécies de árvores. <p>É sempre conduzida uma visita ao local. Uma entrevista com o proprietário do terreno ou o seu representante clarifica:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificação do proprietário (cartão de cidadão); • Prova de propriedade do terreno; • Fronteiras terrestres da propriedade de terreno; • Qualquer problema especial relacionado com os direitos do terreno. <p>Este procedimento indica igualmente a resolução de reclamações e disputas, incluindo aquelas relacionadas com o regime de propriedade e os direitos de utilização da floresta (ou terra) para as práticas de gestão e condições de trabalho.</p> <p>Se ocorrer algum dos cenários cima mencionados, o responsável técnico é contactado e chamado ao local sempre que necessário. Se existirem problemas não resolvidos relacionados com a matéria-prima, a aquisição não acontece.</p>
<p>2.1.1</p>	<p><i>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos adequados para a verificar que as florestas e outras áreas com valores elevados de conservação são identificadas e mapeadas.</i></p>
<p>Medidas de mitigação</p>	<p>O sistema de controlo de matérias-primas, que também inclui inspeções de fornecedores regulares, é devidamente implementado. Todos os materiais usados são rastreáveis até à sua origem através dos manifestos de corte e guias de transporte.</p> <p>Todos os fornecedores têm de cumprir as leis em vigor, que são supervisionadas pela autoridade fiscal e ICFN (ver o ficheiro “Plano Regional de Ordenamento Florestal” “Documentação ponto 4 “cartografia síntese”” (ICNF) para cada região). Algumas áreas HCV são designadas como áreas protegidas e classificadas a nível nacional ou a nível da União Europeia (Natura 2000). Existem também áreas menores ou biótopos importantes para a biodiversidade, ou classificadas como habitats de espécies prioritárias.</p> <p>A Pinewells identifica e mapeia áreas com um valor elevado de conservação (HCVs). As HCV 1, 3, 4 e 5 foram avaliadas como tendo um risco específico. É necessário um esforço extra para identificar e mapear estes valores. As fontes na Internet, bem como a situação local necessitam de ser estudadas. No processo, a HCV 6 também é verificada. A cartografia prévia é útil para a preparação do trabalho no terreno.</p> <p>Abordagem geral para a mitigação de riscos:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A Pinewells prepara dados sobre todas as HCV relevantes. Esta informação é dada a todos os fornecedores de matéria-prima. 2) Os fornecedores de matéria-prima são formados para reconhecer as HCV e saber como conserve-las. 3) As equipas de corte inspeccionam visualmente a parcela e elaboram um relatório de resultados. A Pinewells exige a Avaliação de riscos e possíveis impactos das operações de corte (EoR) de todos os fornecedores de matéria-prima. 4) São utilizadas as boas práticas, incluindo medidas para conservar e aumentar as HCV. 5) A Pinewells monitoriza as operações de corte dos seus fornecedores de matéria-prima e verifica a EoR dos seus fornecedores. <p>Segue abaixo a lista das principais fontes de informação utilizadas para preparar a identificação destes valores. Os fornecedores de matéria-prima avaliam cada</p>

parcela antes de iniciarem as operações de corte.
A Pinewells inspeciona os fornecedores e as áreas de corte.

HCV 1 – Diversidade das espécies:

- Áreas classificadas: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/cart>
- Planos para as áreas protegidas:
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap>
- Espécies ameaçadas:
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/patrinatur/especies>
- Espécies endémicas:
http://naturdata.com/index.php?option=com_content&view=article&id=78&Itemid=60
- Informação digital de levantamentos cartográficos do *Manual das Linhas Eléctricas* (ICNB 2008)
- Áreas importantes para as aves de Portugal em: <http://ibas-terrestres.spea.pt/>
- Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF):
<http://www.icnf.pt/portal/florestas/profs>

HCV 3 – Ecossistemas e habitats:

- Directiva Habitats (2007-2012)
- Base de dados Rede Natura 2000:
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000>
- Áreas importantes para as aves de Portugal em: <http://ibas-terrestres.spea.pt/>
- Convenção sobre a diversidade biológica (CBD) via DL no. 21/93, de 29 de Junho

HCV 4 – Serviços Críticos do Ecossistema e HCV 5 – Necessidades Comunitárias:

- *Habeas - Hotspot Areas for Biodiversity and Ecosystem Services*
http://www.habeas-med.org/webgis/pt_en/
- Florestas localizadas em áreas críticas – definidas e assinaladas nos mapas da REN-Reserva Ecológica Nacional.

Fontes gerais de informações:

- HABEAS: http://www.habeas-med.org/webgis/pt_en/
- <http://www.icnf.pt/portal/florestas/profs>
- Legislação SNAC <https://dre.pt/application/file/70698029>
- RNAP: <http://www.icnf.pt/portal/ap/ap>
- Informação sobre o Plano de Conservação Nacional da Flora ameaçada <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/patrinatur/conserv-flora-perigo>
- Caracterização do local SIC e ZPE:
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/p-set/Plan-set-docs>
- Base de dados para os planos específicos da fauna e flora:
<http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/patrinatur/especies>
- DRE: <http://www.icnf.pt/portal/icnf/legisl/legislacao/2012/lei-n.o-53-2012-de-5-de-setembro.-d.-r.-n.o-172-serie-i>
- <http://www.icnf.pt/portal/florestas/profs/alt-minh>
- <http://www.icnf.pt/portal/florestas/profs/baix-minh>
- <http://www.icnf.pt/portal/florestas/profs/nordest>
- <http://www.icnf.pt/portal/florestas/profs/centr-lit>
- <http://www.icnf.pt/portal/florestas/profs/ampedv>

- Répteis e anfíbios de Portugal (2008): <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/patrinatur/atlas-anfi-rept/anfibios>
- Livro vermelho dos vertebrados portugueses (2005): <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/patrinatur/lvv>
- Identificação da flora: <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/rn2000/p-set/psrn-flora>
- Manual de linhas eléctricas (ICNB 2008) <http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/aa/resource/doc/man-infra-lin>
- Lei para o cadastro de valores naturais: Decreto-Lei n.º 242/2015 a 15/10 <https://dre.pt/application/conteudo/70693924>
- Cartografia dos peixes nacionais de água doce: <http://www.cartapiscicola.org/>
- Fonte da cartografia da flora: <http://www.flora-on.pt/>
- Cartografia (2015) <http://webgis.spea.pt/AtlasAvesInvernantesMigradoras/>
 - AIIF: http://www.aiif.org.pt/assets/ESTUDO_Prospetivo_-Sector-Florestal.pdf
 - AIIF: <http://www.aiif.org.pt/assets/Relatorio-de-Characterizacao-da-Fileira-Florestal-2014-160p-CAPA-3-spread....pdf>
 - ICNF: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/ficheiros/ifn/ifn6-res-prelimv1-1>
 - Estado e tendências da gestão sustentável da floresta na Europa https://www.unece.org/fileadmin/DAM/publications/timber/Forest_Europe_report_2011_web.pdf
 - ICNF: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/Resource/doc/rel/2013/relatorio-dfci-ap-2013>
 - ICNF: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/raa/resource/ficheiros/ree2012/rel-recup-inc-catraia-set-v5>
 - ICNF <http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/raa/resource/ficheiros/rel-tec/picoes-rel-tecn>
 - UNECE https://www.unece.org/fileadmin/DAM/publications/timber/Forest_Europe_report_2011_web.pdf
- Martins M.J & Cerdeira, J.O. (2009) *A Language and Environment for Statistical Computing*. Viena, Áustria, R Foundation for Statistical Computing; & Autoridade Florestal Nacional, 2010, Florestat – Aplicação para a Consulta dos Resultados do 5º Inventário Florestal Nacional. Disponível em <http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/ifn5/florestat>
- ICNF: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/resource/ficheiros/ifn/ifn6-term-def>
- APFC: http://www.apfc.pt/xms/files/Eventos/Projetos_APFC_para_a_sanidade.pdf
- INIAV: http://www.iniaiv.pt/fotos/gca/livro_causas_doc_sintese_1369127896.pdf
- ICNF: <http://www.icnf.pt/portal/florestas/foflo/pdr2020/resource/doc/Areas-rrc-v-final.pdf>
- Planos de Gestão Florestal de áreas públicas:

	<p>http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/publicitacoes/encerradas</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Kirkby, M.J et all. European Soil Bureau Research Report No.16, EUR 21176, 18pp. and 1 map in ISO B1 format. Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg. European Soil Portal, 2013, ➤ http://eusoils.jrc.ec.europa.eu/ESDB_Archive/eusoils_docs/esb_rr/n16_ThePeseraMapBkLet52.pdf ➤ Autoridade Florestal Nacional, 2010, Florestat – Aplicação para a Consulta dos Resultados do 5º ➤ Inventário Florestal Nacional. Disponível em http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/ifn5/florestat ➤ Reserva Ecológica Nacional https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2012/11/21200/0630806346.pdf ➤ Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios: https://dre.pt/application/dir/pdf1sdip/2006/06/123A00/45864599.pdf ➤ ICNF http://www.icnf.pt/portal/florestas/dfci/relat/raa/resource/ficheiros/ree2012/rel-recup-inc-catraia-set-v5 ➤ PANCD https://dre.pt/application/file/65985917 ➤ PDR2020 http://www.pdr-2020.pt/site/O-PDR2020/Arquitetura/Area-3-Ambiente-Eficiencia-no-Uso-dos-Recursos-e-Clima/Medida-7-Agricultura-e-Recursos-Naturais/Acao-7.11-Investimentos-nao-productivos/Operacao-7.11.1-Investimentos-nao-productivos ➤ Fundo Florestal Permanente: http://www.icnf.pt/portal/icnf/noticias/gloablnews/fundo-florestal-permanente-ffp ➤ Alves, A. M., Pereira, J. S., Correia, A. V., 2012. Silvicultura - A gestão dos ecossistemas florestais. Fundação Calouste Gulbenkian. ➤ ICNF http://www.icnf.pt/portal/florestas/aip/aip-monum-pt
<p>2.1.2</p>	<p><i>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos adequados para identificar e abordar as potenciais ameaças às florestas e outras áreas com valores elevados de conservação de actividades de gestão florestal.</i></p>
<p>Medidas de mitigação</p>	<p>A Pinewells identifica e aborda as potenciais ameaças às florestas e a outras áreas com valores elevados de conservação (HCV). HCV 1, 3, 4 e 5 foram avaliadas por possuírem um risco específico.</p> <p>Ver também a explicação supramencionada (indicador 2.1.1).</p> <p>A Pinewells assegura:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O mapeamento da área de corte; • A corte efectuada de acordo com as regras técnicas de exploração florestal; • As boas práticas respeitando a sustentabilidade e a segurança ambiental; • A limpeza dos resíduos das plantações; • As espécies de árvores (árvores não modificadas geneticamente). <p>Os fornecedores de matéria-prima avaliam cada parcela antes de iniciarem as operações de corte. A Pinewells inspecciona os fornecedores, os cortes e mantém os registos das inspecções no terreno e os resultados da monitorização.</p> <p>HCV 1 – Diversidade das espécies</p> <p>Existe um risco específico das operações florestais em terrenos privados e</p>

	<p>comunitários e em áreas públicas não administradas pelo ICNF podem prejudicar a diversidade de espécies. A diversidade de espécies é avaliada e registada antes do início das operações de corte. São aplicadas precauções e as boas práticas. É dada especial atenção ao Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC) e às Áreas Importantes para as Aves e Biodiversidade (IBAs).</p> <p>Ver também o indicador 2.2.4</p> <p>HCV 3 – Ecossistemas e habitats</p> <p>Existe um risco específico das operações florestais em terrenos privados, comunitários e em áreas públicas que não são administradas pelo ICNF podem prejudicar ecossistemas e habitats. Nestas situações, o fornecedor avalia os impactos ambientais (nos ecossistemas e habitats) das operações florestais antes do seu início. São aplicadas precauções e boas práticas florestais. O especialista pela exploração florestal da Pinewells verifica a avaliação e realiza de inspeções no terreno. As inspeções ficam registadas e documentadas.</p> <p>Ver também o indicador 2.2.3</p> <p>HCV 4 – Serviços Críticos do Ecossistema e HCV 5 – Necessidades Comunitárias</p> <p>Isto é um risco específico de áreas de floresta privadas, comunitárias e públicas que não são administradas pelo ICNF, sujeitas a cortes limpos de dimensões superiores à área máxima indicada para cada região pelos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF).</p> <p>Este ponto é avaliado e registado antes do início das operações florestais. São aplicadas precauções e as boas práticas florestais. Os cortes limpos são reduzidos ao tamanho máximo indicado nos PROF, ou ainda, se os aspectos ambientais, tais como colinas, requerem atenção especial.</p> <p>Não existem povos indígenas em Portugal mas é importante avaliar os interesses da população (local) e as funções socioeconómicas das florestas e matas (incluindo as funções agrícolas e municipais). A construção de vedações ao redor das florestas é, na maioria das vezes, indesejável.</p> <p>Ver também os indicadores 2.2.2, 2.2.3, 2.2.6, 2.4.1 e 2.5.1 (e 2.6.1).</p>
<p>2.1.3</p>	<p><i>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos adequados para verificar que a matéria-prima não é proveniente de florestas convertidas em florestas de plantação (de produção) nem de áreas não-florestadas após Janeiro de 2008.</i></p>
<p>Medidas de mitigação</p>	<p>A Pinewells considera que todos os povoamentos de pinheiro são florestas e povoamentos de eucaliptos e choupos são plantações. A Pinewells verifica se as florestas foram alteradas para (eucaliptos) ou plantações de choupos depois de 2008.</p> <p>A abordagem para reduzir este risco:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Os fornecedores de matéria-prima são formados para reconhecer os terrenos convertidos em plantações de eucaliptos; 2) As equipas de corte investigam visualmente a parcela e reportam os resultados obtidos. Quando uma plantação de eucaliptos ou de choupos é

	<p>cortada, a história da plantação é investigada. Primeiro é determinada a idade da plantação. Se foi formada após Janeiro de 2008, o proprietário do terreno e/ou os residentes são questionados e a parcela é revistada à procura de raízes de árvores antigas. Os resultados são relatados na Avaliação de riscos e possíveis impactos das operações de corte (EoR).</p> <p>3) A Pinewells monitoriza as operações de corte dos seus fornecedores de matéria-prima e verifica a EoR dos seus fornecedores.</p>
2.2.1	<i>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos adequados para verificar que a matéria-prima é proveniente de florestas onde existe uma avaliação apropriada dos impactos, e planeamento, implementação e monitorização dos mesmos, de forma a minimizá-los.</i>
Medidas de mitigação	<p>Existe um risco específico neste ponto, principalmente se não existir nenhum plano florestal disponível (sem PROF, PGF ZIF, PUB, SNAC, ou sem certificação FSC/PEFC).</p> <p>A Pinewells exige sempre a sua Avaliação dos riscos e impactos possíveis das operações de corte (EoR). A EoR avalia:</p> <ol style="list-style-type: none"> O possível impacto económico, ecológico e social das operações florestais, incluindo nas respectivas imediações. As operações de corte podem ser alteradas para evitar impactos negativos. A qualidade da gestão (pelo proprietário do terreno) anterior ao plano de corte e de regeneração. <p>Os indicadores 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4, 2.2.6, e 2.4.2 incluem medidas de gestão relevante que são verificadas durante a EoR.</p> <p>A Pinewells monitoriza as parcelas a serem exploradas, verifica a EoR dos seus fornecedores de matéria-prima e realiza medidas de mitigação de riscos (RMM).</p> <p>A Pinewells não classifica todas as matérias-primas provenientes de “fornecedores aprovados do SBE” como <i>feedstock compliant</i>. Por exemplo, se uma propriedade foi mal gerida pelo proprietário da floresta no passado ou se não cumpre com os requisitos SBE relativamente à regeneração da floresta. A Pinewells não categoriza a matéria-prima como <i>feedstock compliant</i>.</p> <p>De igual modo, áreas sem a EIA (legalmente obrigatória em certos casos), a Pinewells exige avaliações da área, com informação relevante para garantir conformidade com este indicador. Esta informação será verificada no terreno aquando das auditorias realizadas pela equipa da Pinewells.</p>
2.2.2	<i>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos adequados para verificar que a matéria-prima é proveniente de florestas onde a gestão mantém ou melhora a qualidade do solo (CPET S5b).</i>
Medidas de mitigação	<p>A Pinewells realiza inspeções no terreno e verifica a matéria-prima e a área de corte. Para além disso, as formações são dadas aos fornecedores de acordo com o guia de boas práticas florestais.</p> <p>A Pinewells exige uma Avaliação de riscos e possíveis impactos das operações de corte (EoR) de todos os fornecedores de matéria-prima. A EoR aborda o risco específico sobre a degradação do solo. Têm de ser aplicadas as boas práticas florestais em relação às operações de corte.</p> <ol style="list-style-type: none"> Fraca intensidade de floresta, cortes selectivos e cortes de limpeza com um máximo 5 ha. foram necessários tendo em consideração o solo e o nível de águas subterrâneas;

	<ul style="list-style-type: none"> b. Regeneração focada em espécies de árvores que mantêm ou melhoram a qualidade do solo; c. Deixar os nutrientes nas florestas, sobretudo as fracções verdes de resíduos florestais (por outro lado, os resíduos florestais têm de ser limpos para prevenir incêndios florestais); d. Não operar em áreas próximas da água; <p>Por exemplo, em locais secos (terrenos elevados ou em encostas) são exigidos cortes selectivos porque o terreno leva com menos impacto directo do sol e a floresta e a regeneração (natural) conseguem manter a qualidade do solo. Em outros locais os (pequenos) cortes de limpeza podem por vezes ter a vantagem que têm alguns tipos de árvores de folhas largas que regeneram naturalmente, melhorando a qualidade do solo. Após os cortes de limpeza, o nível freático pode subir o que por vezes pode ser uma vantagem, mas outras vezes uma desvantagem.</p> <p>A abordagem para reduzir este risco:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) A Pinewells prepara dados (disponíveis ao público). Esta informação é dada a todos os fornecedores de matéria-prima. 2) Os fornecedores de matéria-prima são formados para reconhecer a qualidade do solo e como o conservar. 3) Antes das operações de corte terem início, a parcela é avaliada neste ponto e os registos são guardados. As boas práticas de exploração florestal são aplicadas. Podem ser obtidos mapas da “Reserva Ecológica Nacional” (REN). 4) São cumpridas as boas práticas, incluindo medidas para conservar e aumentar a qualidade do solo. 5) A Pinewells monitoriza as operações de corte dos seus fornecedores de matéria-prima e verifica a EoR dos seus fornecedores. <p>A qualidade do solo pobre pode levar à erosão, etc.; este indicador está relacionado com o indicador 2.2.6.</p>
<p>2.2.3</p>	<p><i>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos adequados para assegurar que os ecossistemas e habitats essenciais são conservados ou preservados no seu estado natural (CPET S8b).</i></p>
<p>Medidas de mitigação</p>	<p>A abordagem para reduzir este risco:</p> <ul style="list-style-type: none"> 1) A Pinewells prepara dados (disponíveis ao público) de ecossistemas e habitats (ver acima 2.1.1., sobre o levantamento cartográfico e 2.1.2., sobre a identificação e abordagem de potenciais ameaças). Os ecossistemas e os habitats essenciais são identificados em áreas Protegidas e Classificadas. Esta informação é dada a todos os fornecedores de matéria-prima. 2) Os fornecedores de matéria-prima são formados para reconhecer ecossistemas e habitats essenciais. 3) Antes do início das operações de corte, a parcela é neste ponto avaliada e os registos são guardados. São aplicadas as boas práticas de exploração florestal. Principalmente, os fornecedores de matéria-prima, inspeccionam visualmente as parcelas de corte e informam sobre os resultados obtidos. Os ecossistemas e habitats essenciais são indicados nos mapas de corte. As boas práticas são utilizadas para proteger os elevados valores ecológicos. As operações de corte conservam estes elementos, principalmente por não

	<p>cortarem as matas ou florestas directamente ao seu redor. Em casos excepcionais, as operações de corte de intensidade baixa são aceitáveis sem danificar estes elementos.</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Estudar os ecossistemas essenciais nas parcelas de corte, preservar áreas de valor ecológico; b. Estudar a flora e a fauna na parcela de corte, ninhos, áreas de reprodução, formigueiros, preservar espécies de árvores e habitats protegidos; c. Não operar em áreas próximas de água. <p>4) As boas práticas florestais são utilizadas. A Pinewells tem o seu próprio Guia de Boas Práticas Florestais.</p> <p>5) A Pinewells monitoriza as operações de corte dos fornecedores de matéria-prima e verifica a EoR dos seus fornecedores.</p> <p>A protecção e a conservação dos ecossistemas e habitats também são abrangidas no indicador 2.2.4 (indicador da protecção da biodiversidade).</p>
<p>2.2.4</p>	<p><i>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos adequados para assegurar que a biodiversidade é protegida (CPET S5b).</i></p>
<p>Medidas de mitigação</p>	<p>A abordagem para reduzir este risco:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A Pinewells prepara dados (disponível ao público) de investigações e programas de biodiversidade, listas vermelhas de Portugal, CITES, etc. (ver acima 2.1.1 sobre o levantamento cartográfico e 2.1.2 sobre a identificação e abordagem de potenciais ameaças, HCV 1 – Diversidade de Espécies). Esta informação é dada a todos os fornecedores de matéria-prima; 2) Os fornecedores de matéria-prima são sensibilizados para reconhecer a biodiversidade protegida e como a devem conservar. Estas espécies estão muitas vezes relacionadas (podem ser espécies indicadoras) com ecossistemas essenciais que precisam de ser preservados (indicador anterior); 3) As equipas de corte inspeccionam a parcela visualmente e informam sobre os resultados. A flora e fauna ameaçadas são indicadas nos mapas de corte. A Pinewells exige a sua Avaliação de riscos e possíveis impactos das operações de corte (EoR) de todos os fornecedores de matéria-prima; 4) As boas práticas são utilizadas, incluindo medidas para conservar e aumentar a biodiversidade (por exemplo, árvores mortas, incêndio controlado e outras perturbações, melhorando as condições para as espécies da flora e da fauna ameaçadas); 5) A Pinewells monitoriza as operações de corte dos seus fornecedores de matéria-prima e verifica a EoR dos seus fornecedores.
<p>2.3.2</p>	<p><i>A formação adequada é fornecida a todos os funcionários, incluindo empregados e contratados (CPET S6d).</i></p>
<p>Medidas de mitigação</p>	<p>A Pinewells dá formação aos seus funcionários relativamente aos aspectos relevantes e exige o mesmo dos seus fornecedores de matéria-prima.</p> <p>Durante as inspecções aos escritórios dos fornecedores são verificados: os registos de formação, (nova) mão-de-obra e a contratação de especialistas. O nível de conhecimento dos funcionários é inspeccionado durante as visitas ao local. A Pinewells realiza formações especializadas durante as inspecções no terreno. Estas são realizadas por um engenheiro florestal e um engenheiro de segurança e saúde no trabalho.</p>

	<p>Além disso, a Pinewells verifica o registo de formação dos empregados dos seus fornecedores para assegurar que é prestada a formação adequada em relação às funções dos trabalhadores florestais.</p> <p>A abordagem para reduzir este risco:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Os fornecedores de matéria-prima são formados pela Pinewells através o Guia de Boas práticas de Operações de Corte e Higiene e Segurança no trabalho. O proprietário da empresa de corte exige que os seus trabalhadores tenham formações específicas para trabalharem na floresta; 2) As boas práticas florestais são utilizadas; 3) A Pinewells monitoriza as operações de corte dos seus fornecedores de matéria-prima.
<p>2.4.2</p>	<p><i>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos adequados para verificar se os processos naturais, tais como incêndios, pragas e doenças são administrados correctamente (CPET S7b)</i></p>
<p>Medidas de mitigação</p>	<p>A abordagem para reduzir este risco:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A Pinewells estuda os dados (de informação disponível ao público, investigações e programas) para as equipas de corte sobre os riscos e regulamentos em relação a incêndios, pragas e doenças. Esta informação é dada aos fornecedores de matéria-prima; 2) Os fornecedores de matéria-prima são sensibilizados para reconhecerem uma gestão florestal pobre e saberem as medidas de mitigação. A equipa Pinewells dá aos fornecedores um Guia de Boas práticas de exploração florestal, que inclui medidas de prevenção de risco de incêndios. Além disso, a Pinewells dá formação sobre este guia a trabalhadores florestais durante as visitas aos fornecedores. Esta medida assegura que os trabalhadores estão cientes das medidas de prevenção; 3) As equipas de corte inspeccionam visualmente a parcela e tiram fotografias. A Pinewells exige a sua EoR a todos os fornecedores de matéria-prima, assunto que é neste momento abordado. Os fornecedores de matéria-prima inspeccionam se a parcela foi correctamente administrada nestes pontos, e se não tiver sido, o fornecedor não é considerado adequado para o programa SBE (não será <i>feedstock compliant</i>). Em relação aos incêndios, antes de cada operação de corte é realizada uma avaliação sobre o risco de incêndio nesse dia. Será verificado se a área de corte são aplicadas as medidas de prevenção em caso de incêndio. 4) As boas práticas relacionadas com a gestão de incêndios, pragas e doenças incluem: <ol style="list-style-type: none"> a. Armadilhas para NMP (Nematode de madeira de pinheiro <i>Bursaphelenchus xylophilus</i>) e o seu insecto vector (<i>Monochamus galloprovincialis</i>); b. Utilização da rede (de protecção) durante o transporte da madeira no período crítico do insecto vector NMP; c. Aplicação de produtos fitofarmacêuticos no solo; d. Raspagem e utilização de madeira com sintomas no prazo de 2, 3 dias; e. Assegurar que todos os fornecedores têm um registo operador económico; 5) A Pinewells monitoriza as operações de corte dos seus fornecedores de matéria-prima e verifica as EoRs submetidas. A gestão suficiente por parte do proprietário da floresta e adopção das boas práticas por parte das

	equipas de corte são necessárias para cumprir os requisitos do programa SBE.
2.5.1	<i>São identificados, documentados e respeitados os direitos de propriedade, habituais e tradicionais e os direitos de utilização das populações indígenas e as comunidades locais relacionadas com a floresta (CPET S9)</i>
Medidas de mitigação	<p>A abordagem para reduzir este risco:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Os fornecedores de matéria-prima estão sensibilizados para reconhecer eventuais problemas com os direitos de propriedade, tradicionais e os direitos de utilização. 2) As equipas de corte inspeccionam visualmente se a parcela tem vedações abusivas e sinais inadequados incluindo portões fechados. A Pinewells exige uma avaliação de riscos e possíveis impactos das operações de corte (EoR) a todos os fornecedores de matéria-prima. Este aspecto é abordado. Se a área onde é para ser feita a corte está vedada, e principalmente se foi vedada recentemente, a opinião dos residentes é avaliada. A utilização abusiva de vedações, estradas bloqueadas e sinais inadequados fazem com que a matéria-prima não seja adequada ao programa da SBE. 3) A Pinewells monitoriza as operações de corte dos seus fornecedores de matéria-prima e verifica a EoR dos seus fornecedores. <p>Ao abordar uma gestão de exploração florestal sustentável e ao realizar um esforço extra nos indicadores 1.21 e 2.6.1, a Pinewells integra nestes procedimentos, respeitando os interesses das populações locais.</p> <p>Não existem povos indígenas em Portugal, nem minorias que dependem da floresta para viver.</p>
2.6.1	<i>Os mecanismos adequados estão em posição para solucionar reclamações e disputas, incluindo aquelas relacionadas com posse e utilização de direitos para a gestão de práticas florestais e condições de trabalho.</i>
Medidas de mitigação	<p>A abordagem para a mitigação deste problema:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A Pinewells evita activamente o aparecimento de reclamações e disputas. O objectivo é localizar e solucionar reclamações e disputas antes do início das operações de corte (ou não comprar de parcelas disputadas); 2) A Pinewells torna claro à população local que qualquer tipo de queixa ou comentário relacionado com o abastecimento de matéria-prima é levado muito a sério. A Pinewells leva a sério qualquer queixa feita por pessoas ou organizações relacionadas com as operações de corte. Isto também garante um desempenho suficiente em relação aos interesses locais (HCV 5) e valores culturais (HCV 6); 3) A Pinewells tem um procedimento de reclamações e mantém os registos. É igualmente pedido aos fornecedores de matéria-prima para implementarem de forma activa um procedimento de reclamações e para manterem os registos. A Pinewells exige a EoR a todos os fornecedores de matéria-prima, onde são avaliados os interesses da população local; 4) A Pinewells monitoriza as operações de corte dos seus fornecedores de matéria-prima e verifica se existem Reclamações e Comentários. Verifica junto dos principais parceiros, tais como proprietários dos terrenos, se não foram submetidos comentários ou se as reclamações foram tratadas de forma suficiente;

	5) Os resultados das inspecções da Pinewells têm influência directa no estado “programa SBE <i>compliant</i> ” dos fornecedores de matérias-primas.
2.8.1	<i>O Produtor de Biomassa implementou sistemas de controlo e procedimentos adequados para verificar se as garantias são adoptadas para proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores florestais (CPET S12).</i>
Medidas de mitigação	<p>A abordagem para a mitigação deste problema:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A Pinewells tem um sistema de controlo rigoroso e procedimentos adequados sobre a Higiene e Segurança dos trabalhadores de exploração florestal. A Pinewells exige o mesmo dos seus fornecedores de matéria-prima e verifica a segurança na saúde dos funcionários de corte durante as inspecções de monitorização; 2) Durante as inspecções no escritório dos fornecedores de matéria-prima são verificados: os registos de formação de Higiene e Segurança, a mão-de-obra e a contratação de especialistas de segurança florestal; 3) Para assegurar a adequação com este indicador, a Pinewells implementou um sistema de inspecção no terreno. As inspecções são conduzidas e verificadas com uma lista de verificação preenchida com provas e informações fornecidas pela Pinewells. O equipamento de protecção e os conhecimentos dos funcionários são inspeccionados durante as visitas ao local. <ol style="list-style-type: none"> a. Entrevistas com funcionários; b. Medidas de segurança do equipamento; c. Disponibilidade de extintores (normalmente no tractor florestal); d. Disponibilidade de estojo de primeiros socorros (normalmente no tractor florestal); 4) A Pinewells dá formação a todos os trabalhadores sobre as boas práticas durante as inspecções, que inclui um indicador sobre Higiene e Segurança. Sempre que a Pinewells encontrar uma falha de conformidade, será dada uma formação específica sobre a maneira correta de utilizar o equipamento de protecção e os riscos implícitos quando este não é utilizado.
2.9.1	<i>A matéria-prima não é fornecida de áreas que tiveram um elevado teor armazenamento de carbono em Janeiro de 2008 e que actualmente não têm mais esse elevado teor de concentração de carbono.</i>
Medidas de mitigação	<p>A abordagem para a mitigação deste problema:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) A Pinewells estuda os dados (a partir de informação disponível ao público, pesquisas e programas) para as equipas de corte sobre aspectos que diminuem a concentração de carbono. Esta informação é dada a todos os fornecedores de matéria-prima; 2) Os fornecedores de matéria-prima são treinados segundo boas práticas florestais. 3) As equipas de corte inspeccionam visualmente a parcela e tiram fotografias. A Pinewells exige a sua avaliação dos riscos e possíveis impactos das operações de corte (EoR) a todos os fornecedores de matéria-prima. É efectuado um estudo à história, aos planos actuais de corte e ainda à futura utilização do terreno. Este risco tem um carácter regional para o local (excepcional) e está relacionado com as alterações na concentração ainda existente e com o carbono acumulado no solo. É parcialmente coberto pelas medidas de mitigação mencionadas nos seguintes indicadores: <ol style="list-style-type: none"> a. 2.1.3 (conversão do terreno); b. 2.2.2 (degradação dos solos).

	4) A Pinewells verifica as parcelas e submete as EoRs.
--	--

9.2 Monitorização e resultados

No que diz respeito à exploração florestal em Portugal, a Pinewells e os seus fornecedores são motivados a cooperar com muitos proprietários de pequenos terrenos florestais para implementar medidas de mitigação de risco. As avaliações e inspeções, juntamente com os documentos desenvolvidos, dão a possibilidade de avaliar se a matéria-prima merece o título de *Feedstock Compliant*. Ao preparar exhaustivamente a informação sobre os riscos específicos e ao implementar as boas práticas em relação às operações de corte, uma parte substancial da matéria-prima pode cumprir com os requisitos do programa da SBE.

A Pinewells monitoriza constantemente os seus fornecedores de matéria-prima para ver se cumprem com as medidas de mitigação. A Engenheira Florestal monitoriza os fornecedores e as suas operações de corte.

O estado de “programa SBE” de um fornecedor de matéria-prima é reavaliado todos os anos e é directamente suspenso ou retirado se tiver sido encontrada alguma violação de maior dos requisitos.

Os fornecedores de matéria-prima têm um guia de exploração florestal e receberam formação interna. Todos os funcionários de corte receberam instruções para respeitar os requisitos presentes no guia.

No decurso e no final da maior parte das actividades de exploração florestal, a Engenheira Florestal verifica se as operações de corte estão a correr bem e se os procedimentos da SBE estão a ser seguidos.

Todas as inspeções são registadas e é realizada uma avaliação dos fornecedores de matérias-primas. Os relatórios sobre a avaliação do sistema e as auditorias aos fornecedores são realizados regularmente.

Durante cada inspeção, a Pinewells dá uma formação e providencia o Guia de Boas práticas da Operações de Corte, que inclui as medidas a ter em atenção. A Engenheira Florestal está em contacto com todos os fornecedores de matéria-prima na implementação prática dos requisitos.

10 Avaliação Detalhada dos Indicadores

Ver o anexo 1 sobre a SBE.

11 Revisão do Relatório

11.1 Revisão das partes interessadas

O relatório teve em consideração as propostas da Avaliação de Risco Nacional SBP (NRA) para Portugal e foram enviadas para um vasto grupo de partes interessadas para consulta. A Pinewells participou activamente na NRA SBP e tem por isso conhecimentos profundos sobre os actuais problemas de sustentabilidade e discussões em Portugal. Consequentemente, não foi necessária uma revisão dos pares.

11.2 Revisões públicas ou adicionais

O SBR e a SBE foram enviados para um vasto grupo de partes interessadas para sua revisão (mais informações no capítulo 6).

12 Aprovação do Relatório

Aprovação do relatório da base de abastecimento pela direcção da empresa			
Relatório elaborado por:	<i>Nazaré Costa</i> 	<i>Directora de Qualidade</i>	<i>15/03/2018</i>
	<i>Bianca Peixinho</i> 	<i>Engenheira Florestal</i>	<i>15/03/2018</i>
	<i>Rens Hartkamp</i>	<i>Consultor</i>	<i>15/03/2018</i>
	<i>Tatiana Savelyeva</i>	<i>Consultora</i>	<i>15/03/2018</i>
	Nome	Função	Data
Os abaixo-assinados confirmam que eu/nós somos membros da direcção da empresa, e pelo presente afirmamos que os conteúdos deste relatório de avaliação foram devidamente reconhecidos pela direcção da empresa como sendo exactos antes da aprovação e finalização do relatório.			
Relatório aprovado por:	<i>Francisco Dias</i> 	<i>Director Administrativo e Comercial</i>	<i>15/03/2018</i>
	Nome	Função	Data

13 Actualizações

Esta é a segunda auditoria de controlo.

13.1 Alterações significativas na Base de Abastecimento

Em 2017, a Pinewells incluía Portugal Continental.

Em 2018, a Base de Abastecimento da Pinewells incluiu apenas Portugal.

Em 2017, a Pinewells desenvolveu a Avaliação da Base de Abastecimento (SBE) para Portugal Continental.

A Pinewells realizou muitas inspecções internas aos seus fornecedores de matéria-prima com base na SBE.

13.2 Eficácia das medidas de mitigação anteriores

Várias medidas de mitigação de risco têm sido aplicadas desde 2016. Em 2017, foi realizada uma SBE completa e foi implementado um “programa SBE” para os fornecedores de matéria-prima. A SBE inclui medidas de mitigação de risco sobre todos os riscos específicos. Estas comprovaram ter eficácia. Como as medidas de mitigação exigem e requerem formação adicional e inspecções internas, a Pinewells decidiu aprovar fornecedores caso-a-caso. Os fornecedores de matéria-prima são apenas admitidos se demonstrarem resultados excelentes. A SBR foi actualizada (incluindo a SBE) em Março 2018.

13.3 Novas classificações de riscos e medidas de mitigação

O presente Relatório da Base de Abastecimento faz uma listagem com todas as novas classificações de risco e as medidas de mitigação desenvolvidas (ver capítulo, e anexo 1 “*Supply Base Evaluation*”).

13.4 Valores reais de matéria-prima nos 12 meses anteriores

O volume de matéria-prima utilizada em 2017 (o período de referência) foi de 198 310 toneladas.

13.5 Números projectados de matéria-prima nos próximos 12 meses

O volume esperado de matéria-prima a ser utilizado em 2018 é de 266 560 toneladas.